DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 9318/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/8909/2015
PROTOCOLO	: 1584148
ÓRGÃO	: FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL
INTERESSADO (A)	: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR (SECRETÁRIO)
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO 23.072/14
RELATOR (A)	: RONALDO CHADID

CONVÊNIO – PRESTAÇÃO DE CONTAS – LEGISLAÇÃO ESTADUAL E FEDERAL – REGULARIDADE.

Em apreciação a celebração do *Convênio 23.072/14* realizado pela *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul* e a *Associação Okinawa de Campo Grande/MS*, no valor de R$ 35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais), especialmente para a concessão de auxílio financeiro para a editoração e publicação do livro "Trajetória dos Imigrantes Japoneses de Okinawa", conforme especificado na cláusula primeira do termo e seguindo o Programa de Trabalho 133.9200.1422.11.0000.

Através do Ofício 65/15 o atual Secretário de Estado, Sr. Athayde Nery de Freitas, encaminhou a esta Corte a documentação pertinente ao convênio em tela, que autuada foi remetida para análise técnica.

A equipe da 5ª ICE em primeira apreciação registrou a ausência de documentos obrigatórios à regular instrução processual, razão pela qual intimou o Ordenador da Despesa e Secretário Estadual à época, Sr. Américo Ferreira Calheiros, que em resposta apresentou o ofício de f. 1011.

Em reanálise, o núcleo técnico concluiu que a celebração do *Convênio 23.072/14* atendeu aos regramentos legais internos e externos desta Corte, conforme se extrai da ANA 24313/15 de f. 1033.

O Ministério Público de Contas, igualmente, entendeu pela regularidade da prestação de contas do Convênio 23.072/14, nos termos do Parecer 11.388/16 de f. 1038.

É o relatório, passo às razões da decisão.

Antes de entrar no mérito, entretanto, cumpre esclarecer que em observância ao que dispõem os artigos 9º e 10, inciso II, c/c §§3º e 4º da Resolução Normativa nº 76/13 e considerando o valor global contratado (R$ 35.800,00) e o valor da UFERMS na data da assinatura de seu termo (R$ 19,13) passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator nos temos do Regimento Interno.

O feito encontra-se em ordem e maduro para julgamento e o que se decide nesta oportunidade é a celebração do *Convênio 23.072/14*, realizado pela *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul* (Outorgante) e a *Associação Okinawa de Campo Grande* (Outorgada), objetivando o auxílio financeiro para a editoração e publicação do livro "Trajetória dos Imigrantes Japoneses de Okinawa", conforme especificado na cláusula primeira do termo e seguindo o Programa de Trabalho 133.9200.1422.11.0000.

Compulsando os autos verifico que se encontra acostada a documentação que comprova não só a realização do Convênio em objeto como também a sua prestação de contas, a exemplo, da Nota de Empenho 514/14 emitida em favor da outorgada no exato valor do termo, ou seja, R$35.800,00 (trinta e cinco mil e oitocentos reais), confeccionada em exatidão ao comando legal, especialmente os artigos 60 e seguintes da Lei 4.320/64.

O Convênio 23072/14 foi celebrado com fulcro no Decreto 13.420/12, Decreto Estadual 11.261/03, as Resoluções SEFAZ de nº 2093/07, 2052/07 e 2418/13 e a aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93.

O extrato do Convênio foi publicado no Diário Oficial nº 8708 de 4/7/2014, conforme faz prova o documento de f. 343, em cumprimento à obrigação legal contida no parágrafo único do artigo 61 do Diploma Licitatório.

Quanto à prestação de contas do termo em apreciação, verifico que a mesma foi realizada, igualmente, em observância às regras contidas na Lei 4.320/64, tendo sido realizada da seguinte forma:

RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA		
VALOR DO CONVÊNIO	-	R$ 35.800,00
VALOR DO REPASSE	-	R$ 35.800,00
RECURSOS PRÓPRIOS	-	R$ 93,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	-	R$ 897,46
TOTAL DE RECURSOS	-	R$ 36.790,46
PRESTAÇÃO DE CONTAS	-	R$ 35.893,00
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS (f. 367)	-	R$ 897,46

Restou comprovado que o Convênio 23.072/14 foi celebrado e executado em atendimento à legislação pertinente, sendo que a documentação apresentada a esta Corte observou as orientações do Anexo I, Capítulo III, Seção I da Instrução Normativa nº 35/11, inclusive quanto ao prazo de encaminhamento, previsto no item 3.1.

Pelo exposto, com base no artigo 59, inciso I da Lei Complementar nº 160/12, em comunhão com as considerações levadas a efeito pelo Ministério Público de Contas e a análise da equipe técnica, **DECIDO** pelo julgamento da prestação de contas do *Convênio 23.072/14*, celebrado entre a *Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul* e a *Associação Okinawa de Campo Grande* como **CONTAS REGULARES**, realizada de acordo com o Decreto 13.420/12, Decreto Estadual 11.261/03, as Resoluções SEFAZ de nº 2093/07, 2052/07 e 2418/13 e a aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/9, estando ainda em conformidade com o Programa de Trabalho 13392001422110000.

É a decisão.

Publique-se.

Campo Grande, 03 de outubro de 2016.

Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB